

STJ00096165

FRAN MARTINS

Professor Emérito da Faculdade de Direito da
Universidade Federal do Ceará

Curso de Direito Comercial

Empresa comercial • Direito comercial • Sociedades empresárias
Companhias • Registro de empresa • Empresa em crise
Empresário individual • Microempresas • Corretores e leiloeiros
Fundo de comércio • Atos de concentração • Concorrência
Responsabilidade empresarial • Serviço público • Consumidor
Preservação e recuperação de empresa • Atividade empresarial individual
O novo direito da concorrência empresarial

36ª edição

revista, atualizada e ampliada

por CARLOS HENRIQUE ABRÃO

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
Doutor em Direito Comercial da USP – Especialização em Paris.



RIO DE JANEIRO

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e/ou atualizador.

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei n. 8.078, de 11.09.1990).

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2013 by
EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

1ª edição – 1957

36ª edição – 2013

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

M343c

Martins, Fran.

Curso de direito comercial / Atual. Carlos Henrique Abrão – 36. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro : Forense, 2013.

ISBN: 978-85-309-4731-6

1. Direito comercial. 2. Direito comercial – Brasil. I. Título

CDU – 347.7

347.7 (81)

342.2

9780061

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Capítulo Primeiro NOÇÕES GERAIS

I

O Comércio e o Direito Regulador das Atividades Comerciais

1. O Comércio como Atividade Empresarial	1
2. Desenvolvimento do Comércio e do Direito Regulador das Atividades Comerciais	4
3. Comércio e Direito Comercial nos Tempos Antigos	4
4. Período Romano	5
5. Idade Média	6
6. Mercados e Feiras	6
7. As Corporações. Estruturação do Direito Comercial	6
8. Primeiros Institutos do Direito Comercial	7
9. As Codificações.	7
10. Ordenanças Francesas	8
11. Código Napoleônico de 1807. Influências e Disciplina	9
12. Modificações no Código Francês e suas influências em nosso Código. Substituições dos Códigos Primitivos	9

II

Empresa Comercial

13. Comerciante e Empresa Comercial	11
14. Direito Comercial e Direito das Empresas	13
15. Direito Econômico, Direito dos Negócios, Direito Comercial	13

III

Conceito de Direito Comercial

16. Definições	16
17. Compreensão do Conceito de Direito Comercial	18

18. Teorias Relativas à Conceituação do Direito Comercial	19
I – Teoria do Direito Comercial como Direito do Comerciante	19
II – Teoria do Direito Comercial como Direito dos Atos de Comércio	21
III – Teoria do Direito Comercial como Direito das Empresas	22
IV – Teoria do Direito Comercial como Direito dos Comerciantes e dos Atos de Comércio	23

IV

Autonomia do Direito Comercial

19. Direito Comercial e Direito Civil	25
20. Separação dos Campos de Ação do Direito Civil e do Direito Comercial	25
21. Unificação do Direito Privado	27
22. Autonomia do Direito Comercial. Matéria Comercial	29
23. Caracterização do Direito Comercial	30
a) Simplicidade.	30
b) Internacionalidade.	31
c) Rapidez.	31
d) Elasticidade	31
e) Onerosidade	31
24. Relações do Direito Comercial com Outros Ramos do Direito	31
25. Publicização do Direito Comercial.	32

V

Fontes do Direito Comercial

26. Conceito e Divisão das Fontes do Direito Comercial	34
27. Fontes Primárias	34
28. Alterações no Código Comercial	35
29. Regulamentos, Leis e Tratados Internacionais	35
30. Fontes Subsidiárias ou Indiretas	36
31. A Lei Civil.	36
32. Discussão Doutrinária.	36
33. Usos e Costumes Comerciais	36
34. A Prática de Atos de Natureza Negocial	38
35. Jurisprudência	38
36. A Analogia e os Princípios Gerais de Direito	39

VI

O Direito Comercial no Brasil

37. O Comércio Brasileiro no Período Colonial.	40
38. O Direito Português no Período Colonial Brasileiro	41
39. A Liberdade de Comércio no Brasil	42
40. Independência. Código Comercial	43

41. Divisão do Código	43
42. Orientação do Código Comercial	44
43. Legislação Posterior ao Código Comercial, até 1890	45
44. Revogação da 3ª Parte do Código e Leis Posteriores	46
45. Projetos de Substituição e Reforma do Código Comercial	48
46. Projeto de Código de Obrigações de 1965	48
47. Projeto de Código Civil de 1975	50
48. Orientação do Direito Comercial Brasileiro	53

VII

Divisão do Direito Comercial

49. Divisão Clássica do Direito Comercial	54
50. Crítica à Divisão Clássica do Direito Comercial	55
51. Orientação do Código Comercial	56
52. Orientação do Projeto de Código de Obrigações e do Código Civil em Vigor	56

Capítulo Segundo

ATOS DE COMÉRCIO

VIII

Elementos Caracterizadores da Matéria Comercial

53. Elementos Básicos do Direito Comercial	59
54. Justificação do Conceito	59
55. Elementos Caracterizadores do Direito Comercial	60
56. Preeminência dos Atos de Comércio	60
57. Histórico dos Atos de Comércio	60
58. Atos de Empresas	61
59. As Dificuldades da Caracterização dos Atos de Comércio	62
60. Os Atos de Comércio no Direito Brasileiro	64
61. Noção de Atos de Comércio, segundo o Regulamento nº 737	65
62. Imóveis e Agricultura	65
63. Divisão dos Atos de Comércio	66
64. Atos de Comércio por Conexão	67
65. Características dos Atos de Comércio	67
66. Atos de Comércio Objetivos no Direito Brasileiro	68
67. Delimitação do Campo do Direito Comercial pelos Atos de Empresa	68

Capítulo Terceiro

DOS COMERCIANTES OU EMPRESÁRIOS

IX

Noções Gerais

68. Conceito de Comerciante	69
69. Condições Indispensáveis à Aquisição da Qualidade de Comerciante	70

70. Caráter Histórico da Profissionalidade Comercial	71
71. Sistemas Caracterizadores da Qualidade de Comerciante	72
a) Caracterização do comerciante pelo Código francês	72
b) Sistema do Código espanhol primitivo	72
c) Sistema do Código alemão de 1897	73
d) Sistema do Código Civil italiano de 1942	73
72. A Caracterização do Comerciante no Direito Brasileiro.	74
73. Sociedades Comerciais	74
74. Espécies de Comerciantes.	75

X

*Obrigações e Privilégios dos Comerciantes**a) Nome comercial*

75. Firma e Denominação	76
76. O Nome Comercial como o Nome que Obriga o Comerciante	78
77. Registro e Proteção do Nome Comercial	78
78. Processo de Registro de Firma ou Razão Social.	79
79. Modificação da Firma	80
80. Cessão da Firma. Extinção	80

b) Obrigações impostas aos comerciantes pelo Código

81. Contabilidade e Arquivo	81
82. Contabilidade e Escrituração	82
83. Livros Comerciais.	84
84. Livros Obrigatórios a Todos os Comerciantes	84
85. Livros Facultativos ou Auxiliares.	86
a) Razão	86
b) Caixa.	86
c) Conta-Corrente	87
d) Borrador, Costaneira ou Memorial.	87
e) Livro de Estoque.	87
f) Livro de Obrigações	87
86. Livros Especiais, Obrigatórios a Determinados Comerciantes.	87
87. Formalidades Necessárias aos Livros Obrigatórios	88
88. Força Probante dos Livros Obrigatórios	90
89. Inviolabilidade dos Livros Comerciais.	90
90. Exibição dos Livros Comerciais.	91
91. Exibição dos Livros Comerciais em Caso de Falência.	92

c) Outras obrigações impostas por lei aos comerciantes

92. Obrigação de Registrar Documentos no Registro de Empresas	93
93. Obrigação de Conservar o Comerciante o Arquivo de suas Atividades	94
94. Obrigação de Formar o Comerciante Balanço Anual	94
95. Requisitos para o Exercício da Atividade Comercial	95

d) Privilégios dos comerciantes

96. Regalias Legais	95
97. Matrícula do Comerciante.	97
98. Vantagens Próprias da Qualidade de Comerciante	98

XI

Auxiliares dos comerciantes. Preposição

99. Sistema Legal	99
100. Contrato de Trabalho e Preposição	99
101. Obrigações do Preponente para com Terceiros	100
102. Classificação dos Auxiliares do Comerciante	101
103. O Gerente Administrativo	102
104. Guarda-Livros, Contadores e Auditores	103
105. Viajantes, Vendedores e Pracistas	104
106. Representantes Comerciais, Concessionários e Correspondentes	105
107. Nomeação dos Auxiliares Dependentes do Comerciante	108
108. Garantias e Vantagens do Auxiliar Dependente do Comerciante	108
109. Condições Especiais do Trabalho	109
110. Rescisão do Contrato de Trabalho	109

XII

Comerciante ou Empresário Individual

111. Requisitos para o Exercício do Comércio	111
112. Capacidade Jurídica do Comerciante Individual	111
113. A Capacidade para Comerciar é Regulada pela Lei Brasileira	112
114. Capacidade para Comerciar Segundo a Lei Brasileira	112
115. Pessoas Absolutamente Incapazes	112
116. Pessoas Relativamente Incapazes	113
117. Menores	113
118. Mulheres Casadas	114
119. Revogação da Autorização	115
120. A Capacidade Plena para a Mulher Casada Comerciar	115
121. Proibidos de Comerciar	116
122. Funcionários Públicos	117
123. Estrangeiro Comerciante	117
124. Pequeno Comerciante e Artesão	118
125. Comerciante Ambulante	120
126. Comerciante Individual Irregular ou de Fato	121

XIII

Micro e Pequenas Empresas – Estatuto e Regulamentação

127. Atividade Econômica e Garantia Constitucional	123
128. Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte	124
129. Definição Legal e Código Civil	125
130. O Registro da Atividade Empresarial	127
130-a. Reflexos da Atividade Empresarial na Ordem Econômica	128

Capítulo Quarto
CORRETORES E LEILOEIROS

XIV

Corretores e Leiloeiros

131. Sistema do Código	131
<i>a) Corretores</i>	
132. Conceito, Espécies, Classes	131
133. Nomeação dos Corretores	134
134. Matrícula dos Corretores	134
135. Livros Obrigatórios dos Corretores	135
136. Restrições Impostas aos Corretores	135
137. Juntas de Corretores	135
138. Fiscalização das Sociedades Corretoras	136
139. Prepostos e Adjuntos de Corretores	136
140. Contrato de Corretagem	137
141. Corretores de Seguros	137
<i>b) Leiloeiros</i>	
142. Conceito	138
143. Natureza Jurídica do Leilão	139
144. Licitantes.	139
145. Exercício da Profissão de Leiloeiro	140
146. Dos que não Podem ser Leiloeiros	141
147. Das Funções dos Leiloeiros	141
148. Publicidade dos Leilões	141
149. Comissão do Leiloeiro	142
150. Prestação de Contas	142
151. Livros Obrigatórios.	142
152. Restrições Impostas aos Leiloeiros.	143

Capítulo Quinto
SOCIEDADES EMPRESÁRIAS

XV

Noções Gerais

153. Conceito de Sociedade Empresária	145
154. Sociedades Unipessoais	145
155. Sociedade e Ato Constitutivo, Contrato e Ato Institucional	146
156. Sócios	148
157. Forma e Prova dos Atos Constitutivos das Sociedades Empresárias	149
158. Requisitos dos Atos Constitutivos das Sociedades Empresárias segundo a Legislação	149
159. Cláusulas Essenciais aos Contratos, Cláusulas Padronizadas.	151
160. Arquivamento do Contrato Social	153
161. Sociedades de Fato e Irregulares	154

162. Publicidade das Sociedades Empresariais	154
163. Alterações nos Atos Constitutivos das Sociedades	155

XVI

Personalidade Jurídica das Sociedades Empresárias

164. Conceito de Pessoa Jurídica	158
165. Teorias Justificativas da Existência das Pessoas Jurídicas	158
166. A Personalidade Jurídica das Sociedades Empresárias no Direito Brasileiro	159
167. A Personalidade Jurídica das Sociedades Empresárias no Direito Estrangeiro	160
168. A Personalidade Jurídica das Sociedades em Comum	161
169. Nascimento da Pessoa Jurídica	162
170. Os Atos Preliminares para a Constituição das Sociedades Anônimas	162
171. Extinção da Pessoa Jurídica	163
172. Problemas Relativos à Extinção da Pessoa Jurídica	164
173. Consequências da Personalidade Jurídica das Sociedades Empresárias	165
a) Patrimônio próprio	165
b) Nome empresarial	166
c) Domicílio	166
d) Nacionalidade	166
174. A Desconsideração da Pessoa Jurídica	167

XVII

Classificação das Sociedades Empresárias

175. Sociedades Empresárias Reconhecidas pela Lei Brasileira	169
176. Sociedades e Companhias	170
177. Sistemas de Classificação das Sociedades Empresárias	171
a) Classificação das sociedades empresárias tendo em consideração a pessoa dos sócios ...	171
b) Classificação das sociedades tendo em vista a responsabilidade dos sócios	172
178. Responsabilidade das Sociedades e Responsabilidade dos Sócios	173
179. Sociedades Contratuais e Sociedades Institucionais	173
180. Sociedades não Personificadas e Sociedades Personificadas	175

XVIII

Direitos e Obrigações dos Sócios

181. Posição dos Sócios nas Sociedades Empresárias	176
182. Os Sócios não são Empresários	177
183. Os Sócios de Responsabilidade Ilimitada são Empresários?	178
184. Obrigações dos Sócios nas Sociedades Empresárias	179
185. Direitos dos Sócios	181
186. Distribuição dos Lucros aos Sócios	181
187. Outros Direitos dos Sócios	182

Capítulo Sexto
SOCIEDADES NÃO PERSONIFICADAS

XIX

Sociedades em Comum ou de Fato

188. O Reconhecimento da Existência das Sociedades de Fato	183
189. As Sociedades de Fato ou em Comum no Código Comercial. Legislação Anterior.	183
190. Sociedades de Fato e Sociedades Irregulares	185
191. Direitos de Terceiros em Relação às Sociedades de Fato	186
192. Relações entre os Sócios.	186

XX

Sociedade em Conta de Participação

193. Conceito	188
194. Exame dos Dispositivos Legais	188
195. Histórico	189
196. Natureza e Características da Sociedade em Conta de Participação.	190
197. Constituição	191
198. Sócios	191
199. Nome Empresarial	192
200. Gerentes	192
201. Conta de Participação em Caráter não Empresarial	192

Capítulo Sétimo

SOCIEDADES DE PESSOAS OU CONTRATUAIS

XXI

Sociedade em Nome Coletivo

202. Conceito	193
203. Compreensão dos arts. 315 e 316 do Código Comercial	193
204. Origem e Evolução das Sociedades em Nome Coletivo.	194
205. Caracterização das Sociedades em Nome Coletivo	195
206. Constituição	195
207. Gerência e Fiscalização dos Negócios Sociais	196
208. Firma	197

XXII

Sociedades em Comandita Simples

209. Conceito	199
210. Compreensão dos Dispositivos do Código Civil	199
211. Origem e Evolução da Sociedade em Comandita.	200
212. Natureza Jurídica e Caracteres	201

213. Constituição	202
214. Sócios	202
215. Firma Social	204
216. Gerentes	206
217. Disciplina Catalisada no Código Civil	206

XXIII

Sociedade Simples

218. Conceito	207
219. Disciplina Legal e a Visão do Código Civil Atual	207
220. Caracteres e Natureza da Sociedade Simples	207
221. Constituição	208
222. Sócios	208
223. Da Administração. Responsabilidade	209
224. Da Extinção.	210

XXIV

Sociedades Limitadas

225. Conceito	211
226. O Código Civil	211
227. Histórico e Modernas Inovações.	212
228. Caracteres e Natureza Jurídica	214
229. Caracteres e Natureza Jurídica no Direito Comparado.	214
230. Responsabilidade dos Sócios	215
231. Limite da Responsabilidade	216
232. Constituição	217
233. Sócios	218
234. Contrato Simplificado.	219
235. Nome Empresarial. Firma ou Denominação.	220
236. Capital e Quotas. Dispensa de Escritura Pública na Incorporação de Imóveis	221
237. Órgãos Sociais. Substituição e Exclusão dos Gerentes	224

XXV

Dissolução das Sociedades Contratuais

238. Conceito de Dissolução.	226
239. Normas Legais Relativas à Extinção da Pessoa Jurídica	226
240. Fases da Extinção da Pessoa Jurídica	227
241. Natureza Jurídica da Sociedade em Dissolução	227
242. Causas de Dissolução das Sociedades Contratuais.	228
243. Causas que Operam a Dissolução de Pleno Direito	228
244. Causas que Operam a Dissolução Judicial	230
245. Dissolução Consensual	232

246. Liquidação do Patrimônio Social	232
247. Liquidante	232
248. Partilha	233
249. Extinção da Pessoa Jurídica	234

Capítulo Oitavo SOCIEDADES POR AÇÕES

XXVI *Sociedade Anônima*

<i>a) Características e natureza</i>	
250. Conceito	235
251. Sistema Legal	235
252. Histórico	237
253. Características e Natureza das Sociedades Anônimas	239
254. Objeto Social.	239
255. Denominação	240
256. Denominação e Limitação de Responsabilidade	240
257. Companhia “Aberta” e “Fechada”	242
<i>b) Capital</i>	
258. Fixação e Formação. Sociedade de Capital Autorizado	243
<i>c) Ações</i>	
259. Número e Valor. Ações sem Valor Nominal. Valores Mínimo e Máximo	245
260. Espécies e Classes.	246
261. Certificados: Emissão e Requisitos.	249
262. Agentes Emissores dos Certificados	250
263. Ações Escriturais.	250
264. Forma das Ações.	250
265. Integralização das Ações.	251
266. Indivisibilidade e Negociabilidade das Ações	252
267. Negociação da Companhia com suas Próprias Ações.	252
268. Custódia Bancária de Ações Fungíveis. Certificados de Depósito.	253
269. Amortização, Resgate e Reembolso	254
<i>d) Partes beneficiárias</i>	
270. Emissão de Partes Beneficiárias	256
271. Certificados: Requisitos. Direitos dos Beneficiários.	257
<i>e) Debêntures</i>	
272. Noções Gerais.	258
273. Conceito	259
274. Constituição do Empréstimo com a Emissão de Debêntures	259
275. Emissão de Debêntures. Valor Nominal. Correção Monetária	260
276. Vencimento, Amortização e Resgate	261
277. Debêntures Conversíveis em Ações	262

278. Garantia do Empréstimo. Espécies de Debêntures de Acordo com a Garantia Oferecida . . .	263
279. Forma, Propriedade e Circulação das Debêntures	264
280. Certificados das Debêntures	265
281. Agente Fiduciário dos Debenturistas	265
282. Assembleia dos Debenturistas.	266
283. Cédula de Debêntures	266
284. Extinção das Debêntures.	267
<i>f) Bônus de subscrição</i>	
285. Características. Emissão. Requisitos.	267
<i>g) Constituição das sociedades anônimas</i>	
286. As Normas Especiais da Constituição das Sociedades Anônimas	268
I – Requisitos preliminares.	269
II – Formas de subscrição do capital	270
287. Constituição por Subscrição Pública	271
288. Constituição por Subscrição Particular.	273
289. Fundadores	275
290. Natureza Jurídica dos Atos Constitutivos das Sociedades Anônimas.	276
291. Atos dos Fundadores.	278
292. Formalidades Complementares da Constituição.	279
<i>h) Livros sociais</i>	
293. Livros Especiais	280
a) Registro de ações nominativas.	280
b) Transferência de ações nominativas.	281
c) Registro de partes beneficiárias nominativas	281
d) Transferência de partes beneficiárias nominativas.	281
e) Atas das Assembleias-Gerais	281
f) Presença de acionistas.	282
g) Atas das Reuniões do Conselho de Administração e Atas das Reuniões da Diretoria . . .	282
h) Atas e pareceres do Conselho Fiscal	282
294. Escrituração do Agente Emissor. Ações Escriturais	282
295. Exibição dos Livros	283
296. Certidões Fornecidas a Terceiros	283
<i>i) Das companhias que dependem de autorização para funcionar</i>	
297. Disposições Gerais	284
298. Companhias Nacionais e Estrangeiras	286
<i>j) Acionistas</i>	
299. Considerações Gerais	287
300. Obrigações do Acionista.	287
301. Direitos do Acionista. Direito de Voto	288
302. Acionista Controlador	290
303. Acordo de Acionistas	291
304. Acionista Residente ou Domiciliado no Exterior	292
305. Suspensão do Exercício dos Direitos do Acionista.	292
<i>l) Órgãos sociais</i>	
306. Os Órgãos das Sociedades Anônimas.	293
1) Assembleia-Geral	

307. Conceito de Assembleia-Geral	293
308. Competência	293
309. Convocação e Local	294
I – <i>Assembleia-geral ordinária</i>	
310. Finalidades	297
311. Exame dos Documentos da Administração.	297
312. Procedimento	298
313. Publicidade da Assembleia-Geral Ordinária.	298
II – <i>Assembleia-geral extraordinária</i>	
314. Finalidades	298
315. Reforma do Estatuto. Direito de Recesso	299
2) <i>Conselho de Administração e Diretoria</i>	
316. Considerações Gerais	301
317. Normas Comuns ao Conselho de Administração e à Diretoria.	302
318. Conselho de Administração. Composição, Eleição e Competência	305
319. Diretoria. Composição e Representação.	308
3) <i>Conselho Fiscal</i>	
320. Função, Composição e Funcionamento	309
321. Qualificação dos Membros do Conselho. Remuneração	310
322. Competência, Deveres e Responsabilidades.	311
m) <i>Modificação do capital social</i>	
I – <i>Aumento de capital</i>	
323. Modalidades do Aumento do Capital Social.	313
324. Aumento por Correção Monetária do Capital.	313
325. Aumento por Autorização Estatutária. Sociedades de Capital Autorizado.	313
326. Aumento por Conversão em Ações de Debêntures ou pelo Exercício do Direito de Subscrição	314
327. Aumento por Capitalização de Lucros e Reservas	314
328. Aumento Mediante Subscrição de Ações	314
329. Direito de Preferência	314
II – <i>Redução do capital</i>	
330. Alteração de Capital por sua Redução	315
331. Oposição dos Credores	315
n) <i>Exercício social</i>	
332. Duração do Exercício Social.	315
333. Demonstrações Financeiras	316
334. Lucros, Dividendos e Reservas.	317
1) Lucro líquido.	317
2) Dividendo obrigatório.	317
3) Reservas	319
o) <i>Dissolução, liquidação e extinção</i>	
335. Dissolução e Liquidação das Sociedades Anônimas	320
336. Modalidades de Dissolução: de Pleno Direito, por Decisão Judicial e por Decisão de Autoridade Administrativa	320
337. Liquidação.	320

338. Deveres e Poderes do Liquidante	321
339. Pagamento do Passivo e Partilha do Remanescente. Prestação de Contas do Liquidante . . .	322
340. Direito do Credor não Satisfeito	322
341. Extinção da Sociedade	322
<i>p) Transformação, incorporação, fusão e cisão</i>	
342. Modificação nos Tipos Sociais	323
I – <i>Transformação</i>	
343. Conceito de Transformação	323
344. Requisitos Necessários para a Transformação das Sociedades.	324
345. Transformação de Qualquer Sociedade em Sociedade Anônima	324
346. Transformação de uma Sociedade Anônima em outro Tipo de Sociedade.	325
II – <i>Incorporação</i>	
347. Preliminares	325
348. Conceito de Incorporação	326
349. Sociedade Anônima Incorporadora.	326
350. Sociedade Anônima Incorporada	327
351. Posição dos Acionistas Dissidentes da Incorporação	327
III – <i>Fusão</i>	
352. Conceito de Fusão.	328
353. Fusão para a Constituição de Sociedade Anônima	328
354. Fusão para a Constituição de Sociedade Não Anônima	329
IV – <i>Cisão</i>	
355. Noções Gerais	329
<i>q) Modalidades especiais de sociedades anônimas</i>	
356. Regulamentação	330
1) Sociedades de economia mista	
357. Conceito e Características.	330
2) Sociedades coligadas, controladoras e controladas	
358. Noções Gerais	331
359. Subsidiária Integral.	332
360. Alienação de Controle de Companhia Aberta.	332
361. A Aquisição de Controle Mediante Oferta Pública.	333
362. Incorporação de Companhia Controlada	334
3) Grupos de sociedades	
363. Características e Natureza.	334
364. Constituição e Administração.	334
365. Direitos dos Sócios Minoritários	335
4) Consórcio	
366. Noções Gerais	336
<i>r) Ações, prescrição e decadência nas sociedades anônimas</i>	
367. Ação para Anulação da Constituição da Sociedade Anônima	337
368. Prescrição Trienal	337
369. Prescrição Bienal	338
370. Prescrição Anual	338

XXVII

Sociedades em Comandita por Ações

371. Conceito	339
372. Sistema Legal	339
373. Histórico	340
374. Características e Natureza.	341
375. Capital e Ações	342
376. Partes Beneficiárias e Debêntures.	342
377. Conselho de Administração, Autorização Estatutária para Aumento de Capital e Bônus de Subscrição	342
378. Constituição e Livros Obrigatórios.	342
379. Nome Social	343
380. Poderes Sociais	343
a) Assembleia-Geral	343
b) Diretores	343
c) Conselho Fiscal	344
381. Princípios Comuns às Sociedades Anônimas e às Sociedades em Comandita por Ações	344

Capítulo Nono

FUNDO DE COMÉRCIO

XXVIII

Instrumento do Exercício da Atividade Empresarial

382. Noção de Fundo de Comércio.	345
383. A Designação “Fundo de Comércio”	345
384. Composição do Fundo de Comércio.	346
385. Valor Patrimonial	347
386. Natureza Jurídica	347
387. Elementos do Fundo de Comércio	348
388. Fundo de Comércio e Empresa.	348
389. Fundo de Comércio e Direito Industrial	349

XXIX

Elementos do Fundo de Comércio

390. Divisão	350
------------------------	-----

I

*Elementos Incorporáveis**a) Propriedade comercial*

391. O Ponto Comercial	350
392. Garantias Legais à Propriedade Comercial	351

393. Cessão de Contrato de Locação	352
<i>b) Nome empresarial</i>	
394. Noção de Nome Empresarial	352
395. Firma do Empresário Individual	353
396. Exceções ao Princípio Geral da Formação do Nome Empresarial	354
397. Inscrição da Firma	355
398. O Duplo Aspecto do Nome Empresarial	355
399. Garantia do Uso do Nome Empresarial	356
<i>c) Acessórios do nome empresarial</i>	
400. Elementos Acessórios do Nome Empresarial	357
401. Nome Empresarial e Título do Estabelecimento	357
I – <i>Título</i>	
402. Conceito	357
403. O Título do Estabelecimento como Elemento do Fundo de Comércio	357
404. A Proteção ao Título de Estabelecimento	358
II – <i>Expressões ou sinais de propaganda</i>	
405. Conceito	358
<i>d) Propriedade industrial</i>	
406. Conceito	359
407. Amplitude da Expressão “Propriedade Industrial”	360
408. Divisão da Propriedade Industrial	360
I – <i>Patentes de invenção</i>	
409. A Propriedade e o Uso Exclusivo da Invenção	360
410. Conceito e Elementos das Invenções Industriais	361
411. Invenções não Patentáveis	362
412. Garantia de Prioridade	362
413. Processo de Obtenção da Patente de Invenção	363
414. Publicação do Pedido de Patente. Expedição da Patente	363
415. Depósito Feito no Estrangeiro	363
416. Duração da Patente	364
417. Das Invenções Ocorridas na Vigência do Contrato de Trabalho ou de Prestação de Serviços	364
418. Das Invenções que Interessam à Segurança Nacional	365
419. Os Certificados de Adição de Invenção	365
420. Extinção, Caducidade e Nulidade da Patente	365
II – <i>Modelos de utilidade</i>	
421. Conceito	366
422. A Proteção Legal e demais Disposições Comuns às Invenções e aos Modelos de Utilidade	366
423. Processo para a Obtenção da Patente	366
III – <i>Desenhos industriais</i>	
424. Conceito, Requisitos e Registro dos Desenhos Industriais	367
425. Desenhos Industriais não Registráveis	368
426. Procedimento para Concessão do Registro, Vigência, Extinção e Nulidade	368
IV – <i>Marcas de indústria, de comércio e de serviços</i>	

427. Histórico	369
428. Conceito	370
429. Classificação	371
430. Proteção Legal	371
431. Marcas não Registráveis	371
432. Marcas de Alto Renome e Marcas Notoriamente Conhecidas	371
433. Concessão, Vigência, Extinção, Caducidade e Nulidade do Registro	372
434. Cessão e Licença de Uso.	373
435. Indicações Geográficas	373
<i>e) Propriedade imaterial</i>	
436. Aviamento e Freguesia	373

II

Elementos Corpóreos

437. Divisão dos Elementos Corpóreos	375
I – <i>Móveis</i>	
438. Mercadorias.	375
439. Mercadorias, Gêneros, Fazendas e Efeitos	375
440. Acessórios do Estabelecimento Empresarial	376
II – <i>Imóveis</i>	
441. A Incorporação dos Imóveis ao Fundo de Comércio	376
442. Imóveis Pertencentes ao Empresário Individual	376

XXX

Concorrência Desleal

443. Da Concorrência nas Relações Comerciais	378
--	-----

XXXI

Direitos do Consumidor e Concorrência

444. Princípios Gerais e Influência no Direito Empresarial	383
445. Consumidor e a Concorrência Empresarial	384

Capítulo Décimo

PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE EMPRESA

XXXII

Crise da Empresa

446. A Empresa e sua Preservação	385
447. Diagnóstico da Crise e Recuperação.	386
448. Recuperação e seu Procedimento	387
449. Responsabilidade Tributária e Trabalhista	387
450. O Estado Falimentar	388

Capítulo Décimo Primeiro
SERVIÇO PÚBLICO – CONCORRÊNCIA E CONSUMIDOR

XXXIII

Roupage m do Serviço Público

451. Formação do Serviço Público	391
452. Prestação do Serviço Público	393
453. Direito Concorrencial	394
454. Tutela do Consumidor	396
455. Enfoque consumerista	397

Capítulo Décimo Segundo
A RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL

XXXIV

A Atividade Empresarial e sua Responsabilidade

456. A Responsabilidade do Empresário	399
457. Tipos e Formas da Responsabilidade Empresarial	400
458. Limites e Extensão da Responsabilidade	400
459. A Responsabilidade Objetiva e a Posição dos Sócios	401
460. A Constrição Judicial e sua Finalidade	402

Capítulo Décimo Terceiro
A ATIVIDADE EMPRESÁRIA INDIVIDUAL

XXXV

O Microempresário e a Empresa Individual

461. O microempresário individual e o aspecto tributário	405
462. A regulamentação do microempresário na economia não informal	406
463. Conceito de empresa individual	407
464. Pressupostos da empresa individual e sua importância	408
465. Relevância do empreendedorismo e o cenário societário	411

Capítulo Décimo Quarto
CONTROLE DA CONCORRÊNCIA E O PAPEL DO CADE

XXXVI

O Novo Direito da Concorrência Empresarial

466. O direito concorrencial na economia global	413
467. O capital estrangeiro e a preservação do mercado	414

468. A multidisciplinada Lei nº 12.529/2011.	415
469. Aspectos jurídicos da análise concorrencial preventiva.	417
470. Os reflexos da concorrência na tutela do consumidor.	420
ANEXO – Enunciados da 1.ª Jornada de Direito Comercial	423
Índice Alfabético de Assuntos.	429